
Política de Patrocínios

1. **Área responsável pelo conteúdo e atualização:** Gerência de Comunicação.
2. **Periodicidade de revisão:** anualmente, concomitante à construção ou revisão do Plano Estratégico ou extraordinariamente, a qualquer tempo.
3. **Abrangência:** Esta política sinaliza o comportamento da Fundação Banco do Brasil (FBB) na análise e concessão de patrocínios.
4. **Regulamentação:** Instrução Normativa Interna, Lei 13.303, de 30 de junho de 2016 e Regulamento de Licitações do Banco do Brasil (RLBB).

5. **Introdução:**

5.1. Esta política orienta a FBB com relação aos patrocínios, definindo seu direcionamento, considerando as necessidades específicas e os aspectos legais e regulamentares a que estão sujeitos, alinhados com o Plano Estratégico Quinquenal 2019-2023.

5.2. Para fins desta Política, a FBB segue o conceito de patrocínio adotado pela Secretaria de Comunicação da Presidência da República - Secom/PR, conforme apresentado em sua Instrução Normativa nº 01, de 27.07.2017:

5.2.1. Patrocínio: ação de comunicação que busca agregar valor à marca, consolidar posicionamento, gerar identificação e reconhecimento, estreitar relacionamento com públicos de interesse, ampliar venda de produtos e serviços, divulgar programas e políticas de atuação, por meio da aquisição do direito de associação da imagem do órgão ou entidade do Poder Executivo Federal, enquanto patrocinador de projetos de iniciativa de terceiros.

5.3. Para a FBB, a tal conceito acrescenta-se o apoio financeiro a eventos aderentes às áreas, programas ou públicos de relacionamento ou cuja temática esteja relacionada com nossos valores e princípios.

6. **Diretrizes:**

6.1. As ações de patrocínio objetivam ampliar a visibilidade da FBB, reforçando a mobilização de recursos e gerando reconhecimento da nossa atuação, estreitar relacionamento com públicos de relacionamento e, ainda, divulgar programas e políticas de atuação.

6.2. Valorizamos eventos concentrados nas áreas de Educação e Meio Ambiente, nos temas Tecnologia Social e Voluntariado, em projetos de outras áreas que valorizem o investimento social privado, que se enquadrem na atuação da FBB e estejam em consonância com o Plano Estratégico Quinquenal 2019-2023, com os ODS (Objetivos de Desenvolvimento Sustentável) e com a Agenda 30 do Banco do Brasil (BB).

6.3. Pautamos nossa atuação em patrocínios com base nos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, igualdade, publicidade e probidade administrativa, observado o planejamento desenvolvido para essas ações.

6.4. Valorizamos instituições e eventos que atuam com responsabilidade socioambiental.

7. **Vedações:**

7.1. Não patrocinamos atividades:

7.1.1. ilegais ou que prejudiquem a imagem da FBB;

7.1.2. com má reputação, falta de integridade ou que atentem contra a ordem pública;

7.1.3. que prejudiquem o meio ambiente ou que envolvam maus tratos aos animais;

7.1.4. que causem, ou possam vir a causar, impacto negativo à saúde, ou façam apologia ao uso de bebidas alcoólicas, cigarro e outras drogas;

7.1.5. de caráter político-partidário ou religioso;

7.1.6. ligadas a jogos de azar ou especulativos, salvo se regulamentados em legislação específica;

7.1.7. que violem direitos de terceiros, incluídos os de propriedade intelectual;

7.1.8. que evidenciem preconceito ou discriminação de qualquer natureza;

7.1.9. que tenham como finalidade o apoio a manifestações, protestos, passeatas e/ou reivindicações de qualquer natureza;

7.1.10. que tenham como finalidade a oferta de treinamentos ou capacitações;

7.1.11. que tenham como objetivo a aquisição de bens materiais tais como computadores, equipamentos eletrônicos, mobiliário, veículos e acervos em geral;

7.1.12. de edição de livros, culturais, de produção de obras musicais (gravação de CD e DVD), cinematográficas e/ou televisivas;

7.1.13. que estejam contempladas no Programa BB de Patrocínios;

7.1.14. de criação e/ou manutenção de sites na internet e/ou de softwares;

7.1.15. de reforma e restauração de prédios, edificações e obras de construção civil de qualquer natureza;

7.1.16. de manutenção ou custeio de empresas e entidades;

7.1.17. congressos, seminários, simpósios, encontros jurídicos e culturais e eventos similares, promovidos por Tribunais, Conselhos de Justiça e Escolas Oficiais da Magistratura, cujos valores captados a título de patrocínio ultrapassem os percentuais definidos pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ);

7.1.17.1. os eventos promovidos por Associações de Magistrados e entidades de classe congêneres não estão sujeitos à limitação prevista no artigo 2º da Resolução nº 170, de 2013, do CNJ, destacando-se os termos do disposto no artigo 4º e Parágrafo único do referido ato normativo: havendo patrocínio público ou privado ao evento, os magistrados só podem participar, com despesas custeadas pela entidade organizadora/patrocinadora, na condição de palestrante, conferencista, presidente de mesa, moderador, debatedor ou organizador;

7.1.18. que caracterize promoção pessoal de autoridade ou de servidor público dos governos Federal, Estadual ou Municipal.

7.2. Não patrocinamos proponentes:

7.2.1. pessoa física;

7.2.2. pessoa jurídica de fins lucrativos, exceto se a empresa tiver o direito de realização de eventos para entidades sem fins lucrativos;

7.2.3. pessoa jurídica que possui em seu quadro funcional empregado do BB ou da FBB que atue em áreas com gerenciamento sobre o contrato de patrocínio ou sobre o objeto dele, ou, ainda, dirigente ou membro da administração do BB, da FBB, ou parentes, em até terceiro grau, da ativa, ou ex-funcionário desligado há menos de 24 meses, ou mesmo que em gozo de licença não remunerada;

7.2.4. pessoa jurídica que possui em seu quadro societário ou como administrador atual ou ex-agente público de órgão do Poder Executivo Federal ao qual o BB ou a FBB estejam vinculados, dispensados, exonerados, destituídos, demitidos ou aposentados no período de 06 (seis) meses da data da respectiva desvinculação com a administração pública, ou parentes, em até terceiro grau;

7.2.5. pessoa jurídica que não detenha em seu objeto social atividade compatível com o desenvolvimento do projeto a ser patrocinado;

7.2.6. pessoa jurídica que tenha em seu corpo diretivo integrantes dos Conselhos Curador e Fiscal, da Diretoria Executiva e funcionários da FBB, em caráter efetivo ou suplente, bem como os respectivos cônjuges, companheiros ou parentes até o terceiro grau, estendido o impedimento a entidades e instituições que contem, em seu corpo diretivo, com representantes do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal, da Diretoria Executiva, do Conselho Diretor e do corpo funcional do Banco do Brasil S.A., inclusive das Entidades Ligadas;

7.2.7. pessoa jurídica que possua como administrador ou sócio detentor de mais 5% (cinco por cento) do capital social pessoa que seja diretor ou empregado do BB ou da FBB;

7.2.8. pessoa jurídica que compactua com situações que possam configurar nepotismo no âmbito do BB ou da FBB, ou da administração pública federal, nos termos do Decreto nº 7.203, de 04.06.2010;

7.2.9. pessoa jurídica que está sob falência, concordata, recuperação judicial ou extrajudicial, dissolução ou liquidação;

7.2.10. pessoa jurídica que esteja cumprindo penalidade de suspensão imposta pelo BB ou pela FBB ou impedida de licitar com a União;

7.2.11. pessoa jurídica com declaração de inidoneidade com efeitos vigentes aplicada pela União, Estados ou Distrito Federal;

7.2.12. pessoa jurídica que esteja cumprindo sanção aplicada com base na Lei nº 12.846/2013;

7.2.13. pessoa jurídica que possua sócio(s) em comum ou administrador(es) que seja(m) sócio(s) ou administrador(es) de outra empresa que esteja cumprindo penalidade de suspensão imposta pelo BB ou pela FBB, impedida de licitar com a União ou com declaração de inidoneidade com efeitos vigentes aplicada pela União, Estados ou Distrito Federal;

7.2.14. pessoa jurídica que possui sócio(s) ou administrador(es) que, no período dos fatos que deram ensejo à sanção, tenha(m) sido sócio(s) ou administrador(es) de outra empresa que esteja cumprindo penalidade de suspensão imposta pelo BB ou pela FBB, impedida de licitar com a União ou com declaração de inidoneidade com efeitos vigentes aplicada pela União, Estados ou Distrito Federal;

7.2.15. pessoa jurídica que possui nos seus quadros de diretoria pessoa que participou, em razão de vínculo de mesma natureza, de empresa declarada inidônea;

7.2.16. pessoa jurídica que não tenha cumprido todos os procedimentos exigidos para a prestação de contas de patrocínios anteriores, nos termos do art. 25º, § 3º, da IN Secom-PR nº 09, de 19.12.2014;

7.2.17. pessoa jurídica que mantenha contrato de prestação de serviços de publicidade ou de promoção com o BB, FBB ou Conglomerado BB;

7.2.18. clubes sociais e/ou esportivos, bem como associações de funcionários de empresas públicas ou privadas, inclusive do Banco do Brasil;

7.2.19. organizações de natureza religiosa, salvo aquelas que desenvolvam atividades ou projetos de interesse público e de cunho social;

7.2.20. não correntistas do BB;

7.2.21. que estejam impedidos de operar com o BB (anotação cadastral impeditiva absoluta) ou em litígio com o Conglomerado BB;

7.2.21.1. no caso de anotação cadastral impeditiva relativa, poderá ser analisada a viabilização do patrocínio ao se considerar o interesse estratégico e a relação custo-benefício;

7.2.22. que estejam incluídos no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS (portaltransparencia.gov.br/ceis), no Cadastro de Entidades Privadas Sem Fins Lucrativos Impedidas - CEPIM (portaltransparencia.gov.br/cepim) e/ou no Cadastro Nacional das Empresas Punidas - CNEP (portaltransparencia.gov.br/cnep);

7.2.23. pessoa jurídica que esteja incluída no cadastro de empresas punidas por infração nos Estados Unidos – Foreign Corrupt Practices Act - FCPA (<https://www.justice.gov/criminal-fraud/related-enforcement-actions>) ou condenada por qualquer outra legislação internacional de combate à corrupção;

7.2.24. que exerçam atividades que apresentem restrições legais, conflitem com interesse ou prejudiquem a imagem do nosso Instituidor;

7.2.25. que não observem princípios relativos aos direitos humanos, ao trabalho (exploração de trabalho infantil e/ou análogo à escravidão), prostituição, exploração sexual de crianças e adolescentes e à preservação ambiental;

7.2.26. pessoa jurídica que emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal;

7.2.27. pessoa jurídica com má reputação ou com falta de integridade, que explore o trabalho infantil, degradante ou escravo, que atente contra a ordem pública, que possa gerar demanda judicial ou que prejudique a imagem da FBB, do BB e de suas controladas, subsidiárias ou coligadas;

7.2.28. fabriquem bebidas alcóolicas, cigarros e armas;

7.2.29. atuem com interesses político-partidários ou eleitorais, direta ou indiretamente, independente de sua natureza jurídica.

Data da última revisão: 24.11.2020.